

**EVIDENCIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS NAS EMPRESAS DE
MINERAÇÃO DE CAPITAL ABERTO DO BRASIL NO PERÍODO DE
2015 A 2018**

Natana de Araújo Magalhães de Oliveira

Centro Universitário Fametro – Unifametro
natana.oliveira@aluno.unifametro.edu.br

Glauber Bruno Dutra Mota

Centro Universitário Fametro – Unifametro
gbmota17@gmail.com

Talyta Eduardo Oliveira

Centro Universitário Fametro – Unifametro
talyta.oliveira@professor.unifametro.edu.br

Anderson Alan Costa Silva

Centro Universitário Fametro – Unifametro
anderson.silva@professor.unifametro.edu.br

Allan Pinheiro Holanda

Centro Universitário Fametro – Unifametro
allan.holanda@professor.unifametro.edu.br

Antonia Morgana Coelho Ferreira

Centro Universitário Fametro – Unifametro
antonia.ferreira@professor.unifametro.edu.br

Título da Sessão Temática: Contabilidade, Controladoria e Finanças

Evento: VII Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

Com os avanços da tecnologia e, conseqüentemente, da contabilidade, as empresas brasileiras passaram por um período de transição de 2008 a 2014, para adaptar-se às Normas Internacionais de Contabilidade. Este estudo visou analisar as empresas mineradoras de capital aberto do Brasil listadas na B3 quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação de suas provisões, passivos e ativos contingentes no que tange as exigências definidas no Pronunciamento Técnico CPC 25, norma brasileira que corresponde a Norma Internacional de Contabilidade número 37, além de observar as reservas contingenciais quanto a sua constituição. Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisadas as Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais de sete companhias mineradoras brasileiras de capital aberto da B3 dos anos de 2015 a 2018 e, desenvolvida uma métrica para verificar o cumprimento das exigências descritas no referido pronunciamento técnico. Os resultados deste estudo demonstram que as empresas analisadas não atendem a maioria das exigências, não contemplando a totalidade do CPC 25 além de ser possível observar qual das entidades divulgam em maior parte a questão tratada na pesquisa.

Palavras-chave: Provisões, Ativo contingente, Passivo contingente.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis objetivando regular as Normas Brasileiras de Contabilidade com as normas internacionais no que diz respeito às contingências criou o Pronunciamento Técnico CPC 25 correspondente a IAS 37.

No CPC 25 são debatidas as práticas contábeis internacionais, Deloitte (2007) cita que o objetivo é garantir a utilização de bases adequadas para reconhecimento e valorização das provisões, ativos e passivos contingentes, bem como divulgar informações suficientes em notas explicativas às demonstrações financeiras, de modo a permitir que os usuários entendam a natureza, a importância e o vencimento dessas transações.

A reserva para contingências é definida segundo Ribeiro (2012) como uma parcela do lucro líquido que fica retida no patrimônio para garantir aos acionistas o recebimento de dividendos nos exercícios em que os lucros forem reduzidos devido a perdas decorrentes de fatos possíveis, porém incertos. Para a Lei 6.404/76 em seu Art. 195 a perda deve ser julgada provável, cujo valor possa ser estimado. A lei também estabelece que a proposta dos órgãos da administração deva indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

Considerando que as entidades têm formas diferentes de tratar as contingências, empresas com atividades que podem trazer algum dano ao meio ambiente são orientadas a fazer reservas contingenciais. As mineradoras são exemplos de empresas que devem estar em devido a sua atividade com grande capacidade de prejudicar o meio ambiente. Após a ocorrência de fatos envolvendo a mineradora Vale S.A com rompimento de duas de suas barragens, Mariana (2015) e Brumadinho (2018) o setor de mineração ficou em evidência.

Diante disso, pretende-se responder a seguinte questão: Como as empresas de mineração listadas na B3 têm tratado as reservas e provisões para contingências? Para responder a essa questão, foi definido que o objetivo geral deste estudo é analisar as informações divulgadas por empresas de mineração com relação a reserva de contingência e provisões para contingências conforme os parâmetros do CPC 25 e lei 6.404/76 e suas alterações, lei 11.638/07 e 11.941/09.

Buscando alcançar o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos: identificar se as empresas de mineração divulgam as reservas de contingências e as provisões para contingência; analisar as informações divulgadas pelas empresas de mineração; verificar os principais tipos de contingência encontrados nas empresas de mineração, segundo exemplos do CPC 25.

Esta pesquisa então pretende divulgar as contingências e provisões nas empresas mineradoras de capital aberto do Brasil e contribuir na ampliação da informação a respeito de ativos e passivos contingenciais e sua correta evidenciação de acordo com as normas em vigor.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo foram analisadas as Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais de sete companhias mineradoras brasileiras de capital aberto listadas na B3 dos anos de 2015 a 2018 e, baseando-se na relação das exigências do CPC 25.

A proposta dessa pesquisa baseia-se na coleta de informações e fatos. Sendo assim, o método científico teve como procedimento de pesquisa o levantamento, definido por Faria (2007) como a busca de documentos de fontes primárias, como documentos oficiais, jurídicos e particulares.

A abordagem é classificada como quali-quantitativa, pois segundo Beuren (2012) trata-se de análises e interpretações feitas pelos autores, como também pelo emprego de instrumentos estatísticos para quantificar e comparar os dados coletados.

A análise será documental, pois os dados obtidos foram organizados de acordo com os objetivos da pesquisa. Para Oliveira (2011) esta análise procura desenvolver um grau de imparcialidade, evitando preferências pessoais e reconhecer o grau de veracidade dos documentos.

Para efeitos de elucidação foi elaborada uma métrica com o intuito de verificar se tais exigências estão sendo cumpridas. A relação das exigências conforme o CPC 25 foi desenvolvida a partir da tabulação dos requisitos descritos nos Itens 84 a 86 do presente pronunciamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Reserva para contingência

Buscou-se a forma como as empresas mineradoras constituem reserva para contingência, porém nenhuma destas apresentaram reserva para contingência.

Ativos, Passivos e Provisões para contingência

Segundo o CPC 25, as entidades devem divulgar em Notas Explicativas determinadas situações a respeito das contingências, bem como devem registrar no Balanço Patrimonial, as provisões para contingências.

A análise foi realizada através dos dados coletados das empresas a fim de responder os questionamentos definidos a partir das premissas de divulgação presentes no Pronunciamento. A seguir apresenta-se a tabela preenchida a partir dos resultados obtidos pela observação às Notas Explicativas.

Tabela 2: Informações divulgadas pelas empresas

EXIGÊNCIAS CONFORME O CPC 25	EMPRESAS QUE DIVULGAM			
	2015	2016	2017	2018
Para cada classe de provisão, a entidade divulgou:				
(A) valor contábil no início e no fim do período;	5	5	5	5
(B) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;	4	4	4	3
(C) valores utilizados durante o período;	4	4	4	4
(D) valores não utilizados revertidos durante o período;	4	4	5	5
(E) aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	3	3	3	3
(F) breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de recursos;	4	4	4	5
(G) indicação das incertezas sobre valor ou saídas;	1	1	1	1
(H) valor de qualquer reembolso esperado	1	1	0	0
Para cada classe de passivo contingente a entidade divulgou:				
I) breve descrição da natureza do passivo contingente;	4	4	4	5
J) estimativa do seu efeito financeiro;	4	4	4	3
K) indicação das incertezas de valor ou momento de qualquer saída;	0	0	0	2
L) possibilidade de reembolso;	0	0	0	0
M) fato da impossibilidade de qualquer informação que não possa ser divulgada.	0	0	0	0
Para cada classe de ativo contingente, a entidade divulgou:				
N) breve descrição da natureza do ativo contingente;	2	1	1	2
O) estimativa do seu efeito financeiro.	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os itens mais divulgados se referem à provisão para contingência. Ativo contingencial é pouco divulgado, provavelmente por não ser obrigadas a contabilizar, nem apresentar em Notas Explicativas.

Análise sobre provisões

Nannini e Salotti (2010) definem provisão como um passivo de prazo ou valores incertos. Completando Deloitte (2007), o valor desta deve constituir a melhor estimativa de desembolso a realizar na data do fechamento do balanço.

A seguir demonstra-se em percentual a proporção de evidenciação do CPC 25 quanto às provisões das empresas analisadas.

Tabela 2: Provisões – Proporção de Evidenciação do CPC 25

PROPORÇÃO DE EVIDENCIAÇÃO PARA PROVISÕES DO CPC 25

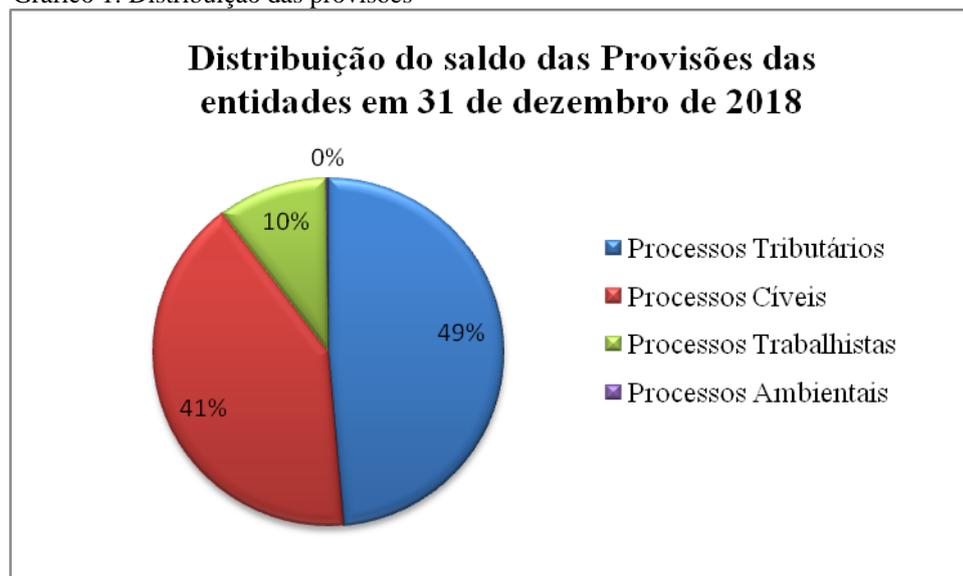
EMPRESAS	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	Δ % 2017/18
VALE	6	75	6	75	6	75	6	75	0
PARANAPANEMA	5	62,5	5	62,5	5	62,5	5	62,5	0
FERBASA	5	62,5	5	62,5	5	62,5	6	75	13
CCX	-	0	-	0	-	0	-	0	0
MMX	5	62,5	5	62,5	5	62,5	2	25	-38
LITEL	-	0	-	0	-	0	2	25	25
BRADSPAR	5	62,5	5	62,5	5	62,5	5	62,5	0
MÉDIA	3,71	46,4	3,71	46,4	3,71	46,4	3,71	46,4	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Percebe-se constância nas divulgações para provisões das empresas Vale, Paranapanema e Bradespar. A empresa Ferbasa apresenta evolução em 2018 com acréscimo de uma unidade de medida neste ano, representando variação positiva de 13%. A empresa MMX apresenta involução quanto à divulgação das provisões no mesmo período, inverso ao acontecido com a Litel. A média da evidenciação do CPC 25 nas empresas analisadas não atinge metade da totalidade das exigências do CPC 25.

O gráfico a seguir demonstra como estão distribuídos os valores das provisões quanto à destinação.

Gráfico 1: Distribuição das provisões



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Observa-se que as maiores destinações das provisões estão ligadas aos processos tributários e cíveis, onde apresentam maiores valores de estimativa de desembolso.

Análise sobre os passivos contingentes

O passivo contingente é definido por Viceconti e Neves (2011) como uma obrigação possível, proveniente de eventos passados, onde só existirá pela ocorrência ou não de uma ou mais eventos futuros incertos. Utilizando o mesmo método da análise das provisões, demonstra-se a proporção de evidenciação para passivo contingente.

Tabela 3: Passivo Contingente – Proporção de evidenciação do CPC 25

PROPORÇÃO DE EVIDENCIAÇÃO PARA PASSIVO CONTINGENTE DO CPC 25									
EMPRESAS	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	Δ % 2017/18
VALE	2	40	2	40	2	40	2	40	0
PARANAPANEMA	2	40	2	40	2	40	2	40	0
FERBASA	-	0	-	0	-	0	3	60	60
CCX	-	0	-	0	-	0	-	0	0
MMX	2	40	2	40	2	40	2	40	0
LITEL	-	0	-	0	-	0	-	0	0
BRADSPAR	2	40	2	40	2	40	2	40	0
MÉDIA	1,14	22,90	1,14	22,90	1,14	22,90	1,57	31,40	9

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O CPC 25 não exige a divulgação de passivos contingentes, refletidos na baixa porcentagem de dados encontrados nas Notas Explicativas. A única evolução ocorreu nos dados da entidade Ferbasa. Percebe-se que nem 1/4 dos itens foi desenvolvido pelas organizações.

Análise sobre os ativos contingentes

Nannini e Salotti (2010) descrevem o ativo contingente como ativo proveniente de eventos passados e cuja existência depende de eventos futuros, não totalmente sob controle da entidade. O CPC cita que estes não são reconhecidos nas demonstrações, mas encorajam sua divulgação quando for provável a entrada de recursos.

Com isso, a empresas estudadas praticamente não apresentam informações sobre o assunto. A Bradespar foi a única entidade que apresentou dados em todos os períodos. A Vale apresentou esses dados de descrição da obrigação e estimativa de efeito financeiro apenas em 2015 e 2018. As demais companhias não divulgam eventos relacionados com ativo contingente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que mesmo havendo um regulamento para nortear a divulgação das informações necessárias à demonstração de provisões, passivos e ativo contingentes, as

empresas não apresentam informações que satisfaçam todas as exigências.

No que tange à provisão, as entidades tiveram maior zelo para demonstrar suas ações, informando quanto às ações realizadas para resguardo aos acontecimentos futuros, das empresas que assim fizeram.

Em resposta aos objetivos específicos, as empresas não destinaram qualquer valor a constituição ou manutenção de Reserva para Contingência e, os maiores montantes de valores estão alocados em passivos contingentes por entenderem que as ações em que participam são possíveis de acontecer (relacionadas a processos ambientais, trabalhistas, cíveis e tributário). Os processos cíveis e tributários juntos representam mais de R\$ 4 bilhões provisionados nas entidades analisadas.

Finalmente, esta pesquisa conclui que as contingências não são consideradas fundamentais na contabilidade das empresas estudadas e que nenhuma delas destina parte do seu lucro para a constituição da reserva de contingências. As entidades divulgam parte das suas informações, porém não de forma a demonstrar a quem interesse a preocupação que se deve ter, principalmente depois do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, ambos os eventos compreendidos no período estudado.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 de março de 2019.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25**: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (CPC 25). Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em 09 de abril de 2019.

DELOITTE. Normas Internacionais de Contabilidade IFRS. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIA, A. C.; CUNHA I.; FELIPE, Y. X.. **Manual Prático para Elaboração de Monografias**: Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses. Petrópolis: Vozes, 2007.

NANNINI, L. C.; SALOTTI, B. M. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**: IFRS versus Normas Brasileiras. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, S.; VICECONTI, P. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SITE B3. **Setor de Atuação B3**<http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.